



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo nº: **0003563-36.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Postes Irpa Ltda**  
 Embargado: **Fazenda do Estado de São Paulo**

## CONCLUSÃO

Em 24 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr<sup>a</sup>. **GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

## VISTOS.

**POSTES IRPA LTDA** opôs embargos à execução que lhe move a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando ausência de requisitos legais na certidão de dívida ativa, bem como inexistência de notificação e processo administrativo. Requereu a concessão da gratuidade judiciária ou a possibilidade de diferimento do pagamento das custas para o final.

Os embargos foram recebidos às fls. 30.

A embargada apresentou impugnação às fls. 32/40. Alega que a CDA preenche os requisitos legais e que se trata de débito declarado pelo contribuinte e não pago no prazo regular, sendo inexigível o processo administrativo.

## É o relatório.

## FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

O pedido não comporta acolhimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

A Certidão de Dívida Ativa que embasa a presente execução preenche os requisitos legais previstos no artigo 202 do Código Tributário Nacional – também tratado no artigo 2º, §5º da LEF:

***Art. 202.** O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:*

*I – o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;*

*II – a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;*

*III – a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;*

*IV – a data em que foi inscrita;*

*V – sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.*

***Parágrafo único.** A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.*

Pois bem, analisando-se a CDA da presente execução (fls. 03), constata-se que estão indicados o “ICMS R\$ 43.645,38, bem como a forma de cálculo dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

“juros de mora” e a multa no percentual de 20%, com a indicação do fundamento legal de cada encargo, tendo havido a elaboração dos cálculos a fls. 02, individualizando o valor de cada item.

Ademais, novamente segundo lição de LEANDRO PAULSEN, é até desnecessária a indicação do modo de cálculo, bastando que haja a previsão do fundamento legal. Afinal, com a indicação da lei a parte executada já tem condições de exercer plenamente a defesa, já que pode consultar na norma a forma de cálculo a ser seguida. Nas palavras do jurista: *“Faz-se necessário que conste da CDA a legislação pela qual se rege o cômputo de correção e de juros. A indicação correta dos dispositivos legais aplicáveis supre a exigência de indicação do modo de cálculo”*<sup>1</sup>.

Por outro lado, não há necessidade de indicação do processo administrativo, nem de intimação do devedor, pois, em se tratando de ICMS, o lançamento se dá por homologação, ou seja, o contribuinte declara e paga, eventualmente o tributo, sem prévio exame da autoridade fiscal que, posteriormente, homologa a atividade exercida.

Considerando, assim, que a CDA preenche os requisitos legais, os embargos devem ser rejeitados.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos à execução fiscal, opostos por **POSTES IRPA LTDA.** contra o **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Condeno a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios que arbitro em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 20, §4º, do CPC, observando-se, contudo, o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, por ser beneficiária da A. J.G, ora concedida.

Certifique-se e prossiga-se na execução.

**P.R.Int.**

São Carlos, 27 de novembro de 2013.

<sup>1</sup> Ob. Cit. p. 1288.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**DATA.**

Em \_\_\_\_ de outubro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra.

Eu, \_\_\_\_\_, Esc. Subscrevi.